



**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS CABEDELO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE**

GILSON FREITAS GALVÃO

**JORNALISMO E FUNÇÃO SOCIAL
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *A UNIÃO* NO CONTEXTO DA
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

CABEDELO-PB
2024



**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS CABEDELLO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE**

GILSON FREITAS GALVÃO

**JORNALISMO E FUNÇÃO SOCIAL
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *A UNIÃO* NO CONTEXTO DA
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus Cabedelo, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maiara Gabrielle de Souza Melo

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Cândida Maria Nobre de Almeida Moraes

CABEDELLO-PB
2024

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

G159j Galvão, Gilson Freitas.

Jornalismo e função social: análise da cobertura do jornal A União no contexto da emergência climática e dos objetivos de desenvolvimento sustentável. /Gilson Freitas Galvão. - Cabedelo, 2024.

47f. il.: Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Orientador(a): Profa. Dra. Maiara Gabrielle de Souza Melo.

1. Jornalismo. 2. Emergência climática. 3. Desenvolvimento sustentável.
4. Comunicação.. I. Título.

CDU 82-92

FOLHA DE APROVAÇÃO

GILSON FREITAS GALVÃO

JORNALISMO E FUNÇÃO SOCIAL
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *A UNIÃO* NO CONTEXTO DA
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

APROVADA EM: 17 / 09 / 2024.

Cabedelo, PB, 17 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAIARA GABRIELLE DE SOUZA MELO**
Data: 07/04/2025 09:45:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maiara Gabrielle de Souza Melo
Orientadora – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

Documento assinado digitalmente
 **RUTH HELENA FIDELIS DE SOUSA OLIVEIRA**
Data: 04/04/2025 15:37:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a M.^a Ruth Helena Fidelis de Sousa Oliveira
Membro interno – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUCIA BEZERRA DA SILVA ALEXANDRE**
Data: 02/04/2025 20:47:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.^a Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
Membro externo – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

*A todos aqueles que encontraram sua própria
utopia, pois qualquer outra é um
desperdício de viver.*

AGRADECIMENTOS

A Papai do Céu, a mamãe (Terezinha) e a papai (Gilson), #delei.

A vovó Aidê e vovô Olegário, por estarem sempre comigo lá do céu.

A Rinaldo Lira, multiexemplar. O TCC da Pós em Gestão Pública é um artigo, sem esse espaço, então a gratidão deixo aqui.

A Evelyn, por nossa construção. Do dique aos miados. Do creme de galinha aos frutos acadêmicos. Das ideias empreendedoras aos concursos públicos. Com o mar sempre visível. Te nino e te quero mais que ontem e menos que amanhã.

À turma (nem todos, mas no geral foi massa!).

A Maiara, pela paciência em todos os âmbitos – administrativo, docente e discente – da Pós e pelo respeito ao orientando. Longa, próspera e prazerosa vida aos que não tentam produzir cópias de si numa orientação, pois são raros.

A Cândida, presente em todas as etapas de ensino, do básico ao que mais vier.

À banca examinadora deste trabalho (Ruth e Malú), por fazer parte desse momento, que até eu já duvidei: a (finalmente!) verticalização do *lattes*.

E ao Linkin Park, pelo retorno, e com uma mulher nos vocais, embalando as últimas versões desse TCC.

*Somos cada vez mais líquidos, instáveis
emocionalmente e frágeis socialmente,
individualistas e consumistas compulsivos de
uma obsolescência programada. A
globalização existe para intensificar as
desigualdades sociais e ambientais, hoje
através da utopia da sustentabilidade*

(eu mesmo, embebido de Bauman).

RESUMO

A pesquisa realizou uma análise da cobertura jornalística do jornal *A União*, veículo estatal do Governo da Paraíba, no contexto da emergência climática e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Problematicando a função social do periódico, a pesquisa buscou compreender se/como o jornal aborda questões ambientais. O recorte temporal compreende as edições de 2023 e se justifica pela atualidade do debate climático, somando-se ao destaque governamental expresso pela criação de secretarias específicas sobre a temática. A fundamentação teórica se apoia em obras que analisam a interseção entre comunicação, meio ambiente e poder público. A metodologia consiste numa análise de conteúdo de notícias, colunas e editoriais do jornal *A União*, apontando a ocorrência de pautas ambientais. Os resultados fornecem *insights* quanto ao papel do jornal como agente informacional e educador em temas centrais à sustentabilidade e contribui para uma melhor compreensão da coerência do jornal na cobertura de desafios ambientais prementes.

Palavras-chave: comunicação; jornalismo; emergência climática; sustentabilidade; ODS.

ABSTRACT

This research conducted an analysis of the journalistic coverage of the newspaper *A União*, a state-owned vehicle of the Paraíba Government, in the context of the climate emergency and the Sustainable Development Goals (SDGs). Questioning the social function of the periodical, the research sought to understand if/how the newspaper addresses environmental issues. The time frame comprises the editions of 2023 and is justified by the current nature of the climate debate, in addition to the government's emphasis expressed by the creation of specific secretariats on the subject. The theoretical foundation is based on works that analyze the intersection between communication, the environment, and public power. The methodology consists of a content analysis of news, columns, and editorials in the newspaper *A União*, pointing out the occurrence of environmental agendas. The results provide insights into the role of the newspaper as an informational and educational agent on issues central to sustainability and contributes to a better understanding of the consistency of the newspaper in covering pressing environmental challenges.

Keywords: communication; journalism; climate emergency; sustainability; SDGs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Edição de <i>A União</i> na Semana do Meio Ambiente 2023	30
Figura 2 - Edição de <i>A União</i> com programação da Semana de Meio Ambiente 2023	31
Figura 3 - Capa de <i>A União</i> destacando criação do Parque Nacional da Serra do Teixeira	32
Figura 4 - Portal <i>Sagres</i> com informações relacionadas aos ODS	34
Figura 5 - Matéria de <i>A União</i> sobre implantação do PREAMAR	38
Figura 6 - Reportagem de <i>A União</i> sobre arborização de João Pessoa	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise dos dados relativos ao mês de fevereiro/2023 (24 edições)	28
Tabela 2 - Ocorrência anual dos termos pesquisados em edições de <i>A União</i> em 2023	29

ABREVIATURAS E SIGLAS

A2030	Agenda 2030
AC	Agenda Climática
AESA-PB	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ALPB	Assembleia Legislativa da Paraíba
Amb.	Ambiental
ANPUH	Associação Nacional de História
CC	Crise Climática
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CINEP	Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DECOM	Departamento de Comunicação Social
DF	Distrito Federal
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EC	Emergência Climática
EMLUR	Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana
FAPESQ-PB	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FUNETEC	Fundação de Apoio ao IFPB
GEDIC	Grupo de Estudos de Divulgação Científica
GOV.BR	Governo do Brasil
IDS-PB	Índice de Desenvolvimento Sustentável Integrado do Estado da Paraíba
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
LICA	Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental
LOGEPA	Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba
MA	Meio Ambiente
MC	Mudança Climática
MCs	Mudanças Climáticas
MdC	Mudança do Clima
NU	Nações Unidas
OdeDS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OdoDS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS-PB	Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba
ONU	Organizações das Nações Unidas
PB	Paraíba
PC	Palavras-chave
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PL	Projeto de Lei
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PREAMAR	Programa Estratégico de Estruturas Artificiais Marítimas
RGAs	Regiões Geoadministrativas
SDG	Sustainable Development Goals
SECTIES-PB	Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba
SEMAS-PB	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado da Paraíba
SUDEMA-PB	Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba
Sustb.	Sustentabilidade
Sustv.	Sustentável
TM	Total no Mês
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	18
2.1. Objetivo Geral	18
2.2. Objetivos Específicos	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1. Emergência Climática	20
3.2. Função Social do Jornalismo e Jornalismo Ambiental	22
3.3. Meio Ambiente e Sustentabilidade nos jornais impressos da Paraíba	24
4. METODOLOGIA	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
7. REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se um contexto global de emergência climática no qual são observados severos impactos provenientes das mudanças do clima, como intensas ondas de calor, elevação do nível dos oceanos e o aumento de sua acidificação, furacões cada vez mais frequentes e a perda de biodiversidade, eventos estes com forte repercussão em nossa vida, na segurança alimentar e na estabilidade dos ecossistemas. No Nordeste brasileiro, os impactos dessa crise são explícitos, percebidos com a intensificação da desertificação e a escassez hídrica.

Um esforço mundial vem sendo realizado para minimizar estes efeitos, buscando um modelo de desenvolvimento pautado pela sustentabilidade, a exemplo da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) interligados e indivisíveis, representando um chamado à ação para que todos os países construam, conjuntamente, um futuro mais justo para as próximas gerações.

Adotados em 2015 por todos os 193 Estados-membros da ONU, os ODS simbolizam um compromisso global para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Essa ambiciosa agenda abrange uma gama¹ de temas, incluindo: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Regulação das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; e 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

No Brasil, as 27 Unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal), incluindo a Paraíba, assumiram o compromisso de implementar políticas públicas alinhadas às ODS, e a mídia, na condição de “quarto poder”², tem a responsabilidade de acompanhar e avaliar a implementação dessas políticas. Nesse sentido, a comunicação tem um papel relevante ao divulgar tais informações, sensibilizando a sociedade quanto à urgência de ações sustentáveis, uma vez que o conhecimento sobre as mudanças climáticas – e suas consequências – e a promoção de práticas sustentáveis mobilizam a população e influenciam tomadas de decisão.

¹ Nações Unidas Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

² Terraço Econômico | Mídia: o Quarto Poder e seus perigos: <https://terraoeconomico.com.br/midia-o-quarto-poder-e-seus-perigos/>.

Exemplificando tamanha responsabilidade, empresas de notícias e entretenimento, públicas e privadas, passaram a integrar o Pacto Global de Mídia a favor da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³, uma aliança para incluir o debate em sua cobertura e mobilizar a divulgação dos ODS. A ação teve seu início em setembro de 2018, com 31 membros fundadores, e em maio de 2020 celebrou a ampliação da rede com mais de 100 integrantes, espalhados por mais de 160 países e com uma audiência geral de mais de 2 bilhões de pessoas.

O jornalismo exerce sua função social ao atuar como mediador crítico entre acontecimentos e sociedade, informando de modo factual e contextualizado. Na era da emergência climática, a prática jornalística se torna ainda mais essencial, por investigar, analisar e noticiar informações sobre o tema. Exemplificando essa função, ao pautar histórias de comunidades afetadas e soluções inovadoras, o jornalismo pode instigar ações concretas e fomentar uma sensibilização coletiva. Assim, entende-se que os jornais são instrumentos importantes na promoção e compreensão sobre desafios ambientais e sociais, pois, proporcionando informações de qualidade, capacitam seus leitores a ações mais bem embasadas, como a cobrança por políticas públicas sustentáveis.

O jornal *A União*, fundado em 2 de fevereiro de 1893, é uma publicação do Governo da Paraíba. Trata-se do único⁴ jornal oficial em atividade no Brasil e o único jornal impresso ainda em circulação em todo o estado, representando um objeto de estudo significativo na análise de como veículos estatais lidam com a problemática da emergência climática e os desafios da sustentabilidade.

A investigação do jornal *A União* quanto à emergência climática e aos ODS está alicerçada na relevância dessas temáticas no cenário atual, ao passo que pesquisas em jornalismo e meio ambiente se consolidam⁵ no Brasil. Uma atenta para um perigo global, que requer ações imediatas e coordenadas, já os ODS norteiam esforços para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. A esse respeito, os grupos de pesquisa “Estudos em Jornalismo”, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e “Jornalismo Ambiental”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lançaram, em 2020, o *Minimanual para a cobertura*

³ UNITED NATIONS. *Sustainable Development Goals*:

<https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdg-media-compact-members/>.

⁴ Os Guedes | Jornal *A União* comemora 129 anos e é o único impresso a circular diariamente na Paraíba: <https://www.osguedes.com.br/2022/02/02/jornal-a-uniao-comemora-129-anos-e-e-o-unico-impresso-a-circular-diariamente-na-paraiba/>.

⁵ Nexo Políticas Públicas | Pesquisas em jornalismo e meio ambiente se consolidam no Brasil: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/pesquisas-em-jornalismo-e-meio-ambiente-se-consolidam-no-brasil>.

*jornalística das mudanças climáticas*⁶, com subsídios para uma cobertura mais qualificada a jornalistas e pesquisadores em jornalismo sobre tais questões.

A mídia tem um importante papel na opinião pública e na disseminação de informações. Ante a questão, que caracteriza sua função social, Lobo (2013) observa que o papel do jornalista é interpretar e traduzir informações, não cabendo somente informar. Dada a saturação informativa contemporânea, cabe ao jornalista interpretar essa informação, concedendo-lhe sentido e precisão na confecção de um bem intelectual que oportunize ao receptor a possibilidade de refletir e, também, de interpretar, residindo aí a grandeza de um texto, algo que atribui ao jornalismo o papel de auxiliar na difusão do conhecimento.

A preocupação pela função social jornalística, norteadora desta pesquisa, ancora-se na percepção do agente ativo da construção de consciência coletiva que a imprensa se constitui, além de considerar dimensões como informação responsável e educacional, provocação do debate público, compromisso ético com o interesse público e promoção da transparência, bem como a responsabilidade ambiental na comunicação.

Uma vez estatal, aprofundar a análise de *A União* oportuniza entender como as informações relacionadas à emergência climática e aos ODS são comunicadas por veículos de utilidade pública.

Na Paraíba, foi criada pela Lei 12.615/2023, sancionada em 25 de abril, a secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade, tendo como missão “promover políticas públicas relacionadas à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o progresso econômico com a proteção ambiental”⁷. A pasta ainda conta com as secretarias executivas de Mudanças Climáticas e do Desenvolvimento Sustentável.

A criação de secretarias específicas alça tais questões a um elevado patamar institucional, de modo que o jornal *A União*, como veículo estatal de informação, tenderia a destacar pautas vinculadas a elas, dada sua relevância atual. Presume-se que a materialização desse compromisso governamental no organograma da gestão acaba sendo refletida e amplificada pelas mãos do jornalismo, esperando-se uma cobertura intensificada sobre questões climáticas e de sustentabilidade. Já as secretarias executivas, que lidam com os cerne dessa pesquisa, podem responder pela formulação e o desenvolvimento de políticas públicas,

⁶ UFSM | Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-a-cobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas>.

⁷ Governo da Paraíba | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-do-meio-ambiente-e-sustentabilidade/institucional/a-secretaria>.

sendo uma das missões do jornalismo informar a sociedade sobre tais iniciativas, seus impactos, progressos e desafios, ao passo que o poder público precisa dar respostas e trazer segurança para a população em caso de desconfiâncias.

Ademais, Governo do Estado, numa ação interinstitucional que envolve a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB), também é mantenedor da Plataforma ODS-PB - Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba, observatório que objetiva monitorar sistematicamente os ODS nos municípios e Regiões Geoadministrativas (RGAs) paraibanas, identificando como um determinado território tem evoluído nos objetivos e metas projetadas. Para tal, foi criado o Índice de Desenvolvimento Sustentável Integrado do Estado da Paraíba (IDS-PB), métrica específica, cuja escala é expressa de 0 e 100, que permite esse monitoramento, cujos indicadores são publicizados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba (SECTIES-PB) e passíveis de permanente acompanhamento através de site próprio⁸. A iniciativa ainda conta com a participação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), órgão cuja finalidade reside na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do estado, fomentando ciência, tecnologia, empreendedorismo e inovação, em fina sintonia ao atendimento às necessidades socioeconômicas que afetam o desenvolvimento sustentável.

Levando em consideração a relevância internacional das temáticas ambientais, particularmente sob o contexto dos ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), um foco jornalístico neles está em consonância com a agenda global e reforça o compromisso do estado por metas mais amplas de sustentabilidade.

⁸ ODSPB | Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Investigar o jornal *A União*, enquanto veículo informacional, educador e público, na promoção de conteúdos sobre emergência climática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.2. Objetivos Específicos:

- Identificar as edições do jornal *A União* que abordam conteúdos sobre emergência climática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Analisar o conteúdo editorial quanto à emergência climática e aos ODS, identificando temas, abordagens e enfoque; e
- Delimitar eventuais lacunas no tratamento às temáticas, visando propor melhorias ao veículo de informação.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trigueiro (2013) defende ser necessário que os jornalistas promovam a discussão ambiental através do resgate do “sentido holístico e do caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento”.

Em conformidade ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade e ao repertório construído ao longo das aulas, que acabou por expandir a abrangência da pós-graduação, foram aludidos conceitos e teorias interdisciplinares fundamentais ao entendimento da relação entre mídia, meio ambiente, emergência climática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a exemplo do jornalismo ambiental, que:

Busca a inclusão da perspectiva holística e sua conexão inequívoca com o todo, produzindo notícias mais contextualizadas e menos fragmentadas. Desta forma, o jornalismo ambiental parte de uma nova concepção teórico-prática centrada no agir e no pensar o jornalismo, a partir da ótica da sustentabilidade do planeta, buscando a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, o aprofundamento do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente (Girardi et al, 2013, p.74).

Quanto à abrangência, Bueno (2008) enquadra o jornalismo ambiental como um processo que envolve a captação, produção, edição e circulação de informações relacionadas à temática ambiental, destinadas a um público leigo e não especializado. Na visão do autor, o jornalismo ambiental deve se pautar majoritariamente no desenvolvimento de três funções: política, pedagógica e informativa, objetivando o diálogo entre diferentes partes.

Os campos do jornalismo e da educação compartilham uma responsabilidade na promoção de uma sociedade mais informada, transparente e ética. Essa interseccionalidade pode ser compreendida pelo seguinte raciocínio, de acordo com Gomes (2009) *apud* Rocha & Paulino (2023):

... o jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade'. E a notícia, seja na forma de descrição ou narrativa, se estabelece a partir de acontecimentos reais, independentemente de sua interpretação pelo público. Assim é na educação, seja ela formal, não formal ou informal. E com ela está a comunicação com responsabilidade que, fundamentada na verdade, na transparência e no afeto, sempre fortalece relações e contribui sobremaneira para a constituição dos sujeitos (Rocha & Paulino, 2023, p. 106).

Cumpre-se observar que, inicialmente, não foi objetivo deste trabalho categorizar e/ou enquadrar textos do jornal *A União* como sendo exemplos de jornalismo ambiental, porém, a utilização de seus conceitos, por congregarem um posicionamento crítico, questionador e plural, permitiu-nos melhor avaliar as práticas jornalísticas em coberturas ambientais e de

emergência climática. Conjuntamente, a exploração de princípios que balizam a definição dos ODS visa propiciar um contexto normativo ao tema, municiando a análise de como o jornal *A União* aborda estes objetivos editorialmente.

O trabalho, considerando o jornalismo ambiental como uma forma de educação ambiental⁹, partiu da premissa de que o jornalismo também tem um caráter “educador”, abstendo-se de enxergá-lo somente como “educativo” ou “educacional” (a depender dos fundamentos referenciais), por considerar que seu potencial ultrapassa a ideia de instrumento pedagógico – comumente enquadrado na educação informal – e de um gênero ou especialidade. Tal posicionamento pode ser discutido a partir de Pena (2010), uma vez que o trabalho jornalístico constrói socialmente a realidade do cidadão, atributo que nos rememora o fato de que a educação rege o processo de transformação de uma sociedade, envolvendo-se ativamente, também, em sua formação intelectual e cultural.

Matos e Estrázulas (2013) lembram que a “notícia é de grande importância para uma sociedade, principalmente quando esta não tem o acesso à educação”. Apresentando informações de modo acessível, o jornalismo fomenta a consciência crítica dos leitores. A capacidade de analisar várias perspectivas, distinguindo fatos e opiniões, semeada pela exposição às notícias, é fundamental para o desenvolvimento educacional.

Debruçando-se ao levantamento de referenciais norteadores às pesquisas que abrangem a cobertura de jornais impressos, vê-se que o *corpus* de grande parte desses estudos corresponde a entes privados, enquanto o jornal *A União* é estatal, o único jornal oficial ainda existente no Brasil e o único em circulação na Paraíba, características que reforçam ainda mais sua responsabilidade social.

3.1. Emergência Climática

O Brasil enfrenta sérias vulnerabilidades ambientais e climáticas, evidenciadas pelo aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos. Esses fenômenos têm consequências significativas para a população, a economia e os ecossistemas, afetando diretamente a produção agrícola, a infraestrutura costeira, a disponibilidade de recursos hídricos e a qualidade ambiental das cidades. As mudanças climáticas exacerbam esses desafios, prejudicando setores vitais e ampliando desigualdades socioeconômicas.

⁹ Ambiente é o Meio #143 | Jornalismo ambiental ganha espaço nos últimos anos e se transforma em forma de educação ambiental: <https://jornal.usp.br/podcast/ambiente-e-o-meio-143-jornalismo-ambiental-ganha-espaco-nos-ultimos-anos-e-se-transforma-em-forma-de-educacao-ambiental/>.

Um dos fatores críticos que intensificam essas vulnerabilidades é o desmatamento da Amazônia, cujo valor estimado no período de 1.º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022 foi de 11.568 km² ¹⁰ (INPE, 2022). Esse processo contribui para o aquecimento global e afeta o clima regional na América do Sul, alterando o transporte de vapor de água e o albedo¹¹ da superfície. Como resultado, há um impacto direto nas chuvas e na regulação climática, aprofundando os desafios ambientais e ameaçando a sustentabilidade a longo prazo (Artaxo, 2019).

A perda significativa de espécies nos ecossistemas terrestres e oceânicos, impulsionada pela ocupação de habitats naturais e pelas alterações no uso do solo, é uma preocupação crescente em nível global (*International Platform on Biodiversity and Ecosystem Services - IPBS*, 2019). No Brasil, que abriga cerca de 15% das espécies do planeta, essa questão se torna ainda mais crítica, considerando sua vasta diversidade biológica distribuída entre seis grandes biomas e várias bacias hidrográficas. A manutenção do equilíbrio dos ecossistemas depende diretamente dessa biodiversidade, que é essencial para a estabilidade ambiental e para a vida humana.

Várias propriedades de sistemas naturais, em particular a biodiversidade, são essenciais para os fluxos de serviços ecossistêmicos que sempre beneficiaram a humanidade, proporcionando segurança hídrica e alimentar, identidade e proteção de valores culturais e garantindo desenvolvimento econômico, social e humano (BPBES, 2018).

Em um cenário de desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade é decisiva para mitigar e adaptar as mudanças climáticas, além de ocasionar novas oportunidades de geração de renda e bem-estar. No entanto, se persistirmos no atual modelo econômico, baseado na queima de combustíveis fósseis e na falta de adaptação às alterações climáticas, o declínio dos sistemas naturais será inevitável, acelerando as mudanças climáticas e seus impactos negativos.

Buscando reduzir esses impactos, Morin (2015) destaca a necessidade de uma reforma no modo de vida, especialmente o moldado pela civilização moderna, que priorizou o bem-estar material às custas de um mal-estar interior. Segundo o autor, esse estilo de vida gerou insatisfações psicológicas que impulsionam uma busca incessante por satisfações materiais.

¹⁰ INPE | Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km²: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf.

¹¹ Fração de radiação solar refletida por uma superfície ou objeto, expressada em porcentagem (IPAM Amazônia): <https://ipam.org.br/glossario/albedo/>.

É importante ressaltar que os impactos mais graves das mudanças climáticas produzidos a partir de um modelo insustentável de vida, provavelmente serão enfrentados pelos países em desenvolvimento, onde muitas pessoas pobres vivem em áreas particularmente vulneráveis ao aquecimento. Assim, a consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa ser traduzida em novos hábitos que promovam o que Taibo (2019) chama de “transição ecossocial”.

Nesse contexto, o jornalismo ambiental se eleva como um meio essencial para a divulgação dessas questões críticas. Ao informar e sensibilizar o público sobre a importância da biodiversidade e os riscos associados à sua perda, o jornalismo ambiental pode influenciar políticas públicas, promover a conscientização sobre a urgência de medidas sustentáveis e engajar a sociedade na proteção dos ecossistemas. A cobertura jornalística tem o poder de conectar a ciência ao cotidiano das pessoas, traduzindo dados técnicos em narrativas acessíveis que destacam a interdependência entre a biodiversidade e o bem-estar humano.

3.2. Função Social do Jornalismo e Jornalismo Ambiental

No início do século XVIII, embora a palavra “jornalismo” ainda não estivesse plenamente desenvolvida, a ideia de um jornal diário já existia, semelhante ao que conhecemos hoje. O termo francês “*journal*”, que significa “o que se faz em um dia”, evoluiu para “*papier journal*”, referindo-se a um “escrito renovado diariamente”. Com a adaptação da prensa móvel para a produção de jornais, as pessoas envolvidas nesse ofício, socialmente reconhecido como importante, dividiam-se entre as responsáveis pela criação do conteúdo e as que buscavam entender e explicar a finalidade e a função social desses veículos. Assim, começou a surgir um estudo epistemológico sobre jornalismo (Almeida e Storch, 2017).

A questão central que os estudos sobre o jornalismo sempre buscaram responder, ainda persistente, é: “o que é jornalismo?”. Naturalmente, a pergunta é abordada de diferentes maneiras, conforme os contextos históricos em que os autores e o próprio jornalismo se encontram inseridos. Contudo, nunca houve um parecer definitivo.

Esse vasto campo de estudos gerou inúmeros livros e manuais que, por meio das mais diversas teorias, tentaram descrever tamanha complexidade. Entre essas teorias, destacam-se a Teoria do *Gatekeeper* e a Teoria do Agendamento. A primeira, proposta por David Manning White, sugere que as notícias são moldadas pelos jornalistas, que decidem o que será divulgado. Já a segunda, desenvolvida por Walter Lippmann, propõe que os veículos de comunicação nos

orientam sobre em que pensar, como pensar e o que pensar em relação aos fatos noticiados (Almeida e Storch, 2017).

Ao longo do tempo, com o desenvolvimento de diversas teorias, constata-se que não há um consenso claro sobre o que é jornalismo. Em certo sentido, isso é verdade, especialmente com o advento da internet, que trouxe mudanças significativas em como as pessoas se relacionam consigo mesmas, com os outros e com a sociedade em geral. Esse panorama é reforçado por Adelmo Genro Filho no livro *O Segredo da Pirâmide*, onde ele questiona o reconhecimento do jornalismo em sua “relativa autonomia e indiscutível grandeza” (Genro Filho, 1997, p. 37), uma vez que ele é frequentemente utilizado como instrumento de manipulação ou panfletagem política:

De um lado ele [o jornalismo] é visto apenas como instrumento particular de dominação burguesa, como linguagem de engodo da manipulação e da consciência alienada ou como uma correia de transmissão dos 'aparelhos ideológicos do estado' como medição servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade, de outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas tipicamente funcionalistas em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo (Genro Filho, 1997: p. 37).

O jornalismo, especialmente na área ambiental, desempenha uma função crucial que vai além das críticas tradicionais que o enxergam apenas como um instrumento de dominação ou manipulação. Em tempos de crise ecológica global, o jornalismo ambiental emerge como uma ferramenta vital para informar, educar e mobilizar a sociedade em prol da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais.

Embora Genro Filho (1997) critique o jornalismo como uma “correia de transmissão dos ‘aparelhos ideológicos do estado’”, vendo-o como desprovido de capacidade para uma verdadeira apropriação simbólica da realidade, o jornalismo ambiental desafia essa visão. Ele não apenas expõe as práticas insustentáveis, mas também promove um diálogo público necessário para a construção de políticas e ações que visem o bem comum.

Nesse sentido, o jornalismo ambiental demonstra seu potencial transformador, proporcionando uma autêntica apropriação simbólica da realidade e servindo como um catalisador para mudanças sociais e ambientais significativas. Esse potencial é evidenciado ao se considerar que “interpretar e analisar a realidade”, “registrar a história e construir memória” e “entender o mundo contemporâneo” podem ser reunidos em um conceito mais abrangente que ajuda a entender o jornalismo como um agente que molda e reforça a ideia coletiva de

tempo. A função de “interpretar e analisar a realidade” pressupõe a existência de uma realidade que ocorre em um contexto temporal específico (Reginatto, 2016).

Ao abordar essa função, o jornalismo também desempenha um papel na construção de uma noção coletiva do presente como um todo (Fransciscato, 2005). Da mesma forma, a função de “registrar a história e construir memória” contribui para a formação e consolidação do passado, facilitando a compreensão do presente. Por sua vez, “entender o mundo contemporâneo” permite construir o presente e antever suas possíveis consequências futuras (Reginatto, 2016). Dessa forma, o jornalismo ambiental se posiciona como uma força crucial na compreensão e transformação do nosso tempo.

3.3. Meio Ambiente e Sustentabilidade nos jornais impressos da Paraíba

Com uma rápida busca bibliográfica, é possível perceber que as temáticas ambientais já pautadas em jornais impressos paraibanos se configuram como um notável objeto de estudo, e não só no campo da Comunicação, mas em áreas afins, como História e Educação, como comprovado nos exemplos que se seguem.

A presença do jornalismo ambiental em charges publicadas no extinto jornal *Correio da Paraíba* e em seus editoriais, no ano de 2007, municiaram pesquisas do Grupo de Estudos de Divulgação Científica (GEDIC), do Departamento de Comunicação Social (DECOM) da UFPB (Souza; Costa e Tavares, 2008). Nesse contexto, a educomunicação, conceito que encontra ressonância nas ideias de Paulo Freire, ganha relevância ao propor a integração entre educação e comunicação, visando o desenvolvimento de práticas dialógicas e participativas, num ambiente onde a mídia é vista como um espaço de construção de conhecimento e transformação social, e a comunidade se torna protagonista na produção e disseminação de informações (Soares, 2011).

Em 2008, o GEDIC desenvolveu o trabalho “Comunicação Ambiental: projeto de sensibilidade ambiental” para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da mesma universidade, apresentando ações educacionais científico-ambientais em jornalismo e radialismo estudadas na instituição, visando uma sensibilização ambiental e o bem-estar coletivo (Tavares e Meireles, 2008). À época, o trabalho foi inspirado em iniciativa do Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba (LOGEPA¹²) – espaço de divulgação da ciência geográfica vinculado ao Departamento de Geociências da UFPB – referente à Agenda 21.

¹² LOGEPA | Laboratório de Oficina e Geografia da Paraíba: <https://logepa.webnode.page/>.

A Agenda 21¹³ foi um instrumento participativo de planejamento voltado ao fomento de sociedades sustentáveis, objetivando conciliar conservação ambiental, justiça social e crescimento econômico. O documento foi assinado por 179 países em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).

Vinculado ao DECOM/UFPB, atuou por vários anos o *Observatório do Jornalismo no Semiárido*, refletindo aspectos do agendamento midiático focado em representações sociais sobre o fenômeno da seca, além das práticas de convivência com o semiárido paraibano veiculadas na imprensa paraibana, nos jornais *A União*, *Correio da Paraíba* e no extinto *Jornal da Paraíba* (Azevêdo et al., 2016).

O *Correio da Paraíba* também já foi objeto de estudo¹⁴ quanto às pautas envolvendo meio ambiente e desenvolvimento sustentável, através do projeto “Jornalismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional: interfaces e conflitos”, do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA)¹⁵ da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Artigos, matérias e entrevistas publicadas em *A União*, *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e no também extinto *O Norte*, durante as décadas de 1980 e 1990, municiaram a pesquisa “Análise dos textos jornalísticos sobre a atividade baleeira na Paraíba: construindo a história social e ambiental do município de Lucena”, desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mediante PIBIC 2012-2013, financiado pelo CNPq (Alves, 2013).

¹³ Agenda 21 Global | Ministério do Meio Ambiente: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>.

¹⁴ Em Pauta UFS | Cobertura jornalística sobre a transposição do Rio São Francisco é tema de subprojeto: <https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/cobertura-jornalistica-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-e-tema-de-subprojeto/>.

¹⁵ LICA UFS | Sobre o LICA: <https://licaufs.blogspot.com/2009/06/sobre-o-lica.html>.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com análise de dados de forma quantitativa e qualitativa.

Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica quanto à temática, a fim de compreender a dimensão dos estudos sobre meio ambiente e sustentabilidade no jornalismo impresso paraibano, com especial atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Após esta etapa, realizou-se uma pesquisa documental nas edições do jornal *A União*, nas quais foram levantadas matérias (textos informativos sobre determinado assunto), reportagens (textos jornalísticos mais aprofundados, com entrevistas e análises), editoriais (opiniões oficiais do jornal sobre determinado tema) e demais textos que abordaram emergência climática e os ODS no ano de 2023, quando as discussões, políticas e eventos sobre questões ambientais estiveram no epicentro das preocupações globais. Ao todo, foram pesquisadas 314 edições do veículo.

Uma pesquisa sobre coberturas jornalísticas concernentes a pautas complexas como ODS e Emergência Climática exige métodos sistemáticos e rigorosos. Assim, para a apreciação dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo, com base nos princípios demarcados por Bardin (2011), por conceber um ordenamento sólido e sistemático à apreciação do *corpus* textual, configurando-se como uma poderosa ferramenta para a investigação da presença, da frequência e do significado do tema. Lançando mão dessa metodologia sobre o jornal *A União*, buscamos compreender como este veículo institucional de comunicação aborda conteúdos cruciais para o futuro de nosso planeta, identificando suas narrativas, *frames* e discursos adotados, numa abordagem que permite não somente quantificar a frequência de palavras-chave, mas também analisar como elas são inseridas e utilizadas contextualmente, bem como os significados que lhes são apregoados.

Posteriormente, foram definidas as palavras-chave a serem buscadas nas edições do jornal, além de, em alguns casos, abreviações que facilitassem a disposição dos resultados obtidos, a saber: “**Agenda 2030**” (A2030); “**Agenda Climática**” (AC); “**Ambiental**” (Amb.); “**Crise Climática**” (CC); “**Desenvolvimento Sustentável**” (DS); “**Educação Ambiental**” (EA); “**Emergência Climática**” (EC); “**Meio Ambiente**” (MA); “**Mudança do Clima**” (MdC); “**Mudança Climática**” (MC); “**Mudanças Climáticas**” (MCs); “**Nações Unidas**” (NU); “**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**” (OdeDS); “**Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**” (OdoDS); “**ODS**”; “**ONU**”; “**Sustentabilidade**” (Sustb.); e “**Sustentáveis**” (Sustv.). Além de possuírem uma estrutura diretamente relacionada ao tema da

pesquisa, tais palavras se situam em permanente evidência no discurso global direcionado à sustentabilidade, concebendo, assim, um recorte objetivo sobre a questão.

Inicialmente, cogitou-se a utilização de palavras-chave significativamente relacionadas a cada um dos 17 ODS, a exemplos de “Saneamento” (ODS 6) e “Energia Limpa” (ODS 7). Porém, viu-se que tal amplitude poderia enviesar os objetivos aventados, ao indicar agrupamentos sem vínculos diretos ao ponto fulcral do trabalho. Lançando mão de sinônimos e de palavras similares, análogas e morfologicamente embrionárias, evitou-se quaisquer percursos que desaguassem numa miríade de fragmentos de análises.

A definição das palavras-chave se faz fundamental à garantia, à precisão e à abrangência da Análise de Conteúdo, de modo que cada termo adotado na pesquisa está imbuído de sua devida causalidade, justificada pela relevância aos temas dos ODS e da Emergência Climática, bem como para o contexto da cobertura jornalística no jornal *A União*, além de tudo institucional.

Ao se optar, também, pela abordagem qualitativa, foi-se descartada a utilização de *softwares* especializados em Análise de Conteúdo. Dispensando-se uma análise mecanizada, visou-se respeitar nuances semânticas, possíveis relações subjacentes e a complexidade dos discursos ao longo do jornal *A União*, através de uma interpretação sensivelmente contextualizada, atributo exclusivamente humano, de um olhar que passaria despercebido por uma análise mecanizada. Ademais, a flexibilidade de uma análise manual permite readequações da metodologia no decorrer da pesquisa, ao aprofundar novas questões que acabam brotando durante o processo investigativo.

Após filtradas, as palavras-chave foram agrupadas em 12 tabelas referentes aos meses de 2023. A primeira coluna à esquerda, “PC” (palavras-chave), contém as abreviações das 18 palavras-chave consideradas. As colunas seguintes, da segunda à penúltima, contêm os dias em que houve publicação do jornal *A União* naquele mês. Em cada quadro dessas colunas há a quantidade de ocorrências de determinada palavra-chave naquela edição diária, independente se uma ou várias vezes num mesmo texto. A última coluna, “TM” (Total no Mês), indica em quantas edições no mês aquela palavra-chave foi utilizada, informação primária de nosso trabalho, focado majoritariamente na ocorrência anual, percebida com a soma desses resultados, conforme exemplo da Tabela 01:

Tabela 1 - Análise dos dados relativos ao mês de fevereiro/2023 (24 edições).

PC	1	2	3	4	5	7	8	9	10	11	12	14	15	16	17	18	19	21	22	23	24	25	26	28	TM
A2030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Amb.	4	3	10	7	9	6	6	7	1	8	11	13	4	18	3	3	6	1	4	2	7	7	9	3	24
CC	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	4
DS	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7
EA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	3
EC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
MA	3	2	5	9	7	-	4	6	-	6	4	8	11	7	3	5	5	1	1	3	4	12	4	7	22
MdC	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
MC	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
MCs	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4
NU	-	2	-	3	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	2	9	2	3	2	-	13
OdeDS	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
OdoDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ODS	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
ONU	-	-	-	7	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	4	1	1	1	10	8
Sustb.	-	1	1	-	4	2	3	1	-	-	7	-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-	2	11
Sustv.	-	1	4	1	3	-	1	-	-	5	1	-	-	-	1	1	-	-	5	1	1	1	-	2	14

Fonte: elaboração própria, 2024.

Entendeu-se a contextualização temporal e temática como relevante, ao identificar a atenção dada pelo jornal *A União* a questões que em 2023 passaram a ser encaradas como críticas. Após a obtenção dos resultados, estes foram comparados à fundamentação teórica, percebendo o grau de aderência do jornal a esses conceitos.

Por fim, os resultados concernentes à análise atentaram aos padrões, ruídos e demais aspectos relevantes quanto à cobertura do jornal *A União* sobre emergência climática e ODS, assegurando um conteúdo embasado e consistente.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao agregar as edições mensais em que houve ocorrência de cada palavra-chave, filtrada das 12 tabelas anteriormente geradas, obteve-se uma nova tabela, com a quantidade anual de edições de *A União*, dentre as 314 publicadas em 2023 (majoritariamente diárias, disponíveis em formato .pdf no site do jornal), em que cada palavra-chave constou, dado prevaente desse trabalho:

Tabela 2 - Ocorrência anual dos termos pesquisados em edições de *A União* em 2023.

Palavras-Chave	JAN 27 ed.	FEV 24 ed.	MAR 27 ed.	ABR 26 ed.	MAI 26 ed.	JUN 26 ed.	JUL 26 ed.	AGO 27 ed.	SET 26 ed.	OUT 26 ed.	NOV 26 ed.	DEZ 26 ed.	Total No Ano
A2030	2	0	2	0	1	3	2	1	2	2	3	2	20
AC	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	2	6
Amb.	26	24	24	26	22	26	22	24	22	24	25	25	290
CC	2	4	1	2	0	2	1	3	3	3	5	7	33
DS	18	7	13	13	17	12	14	12	10	14	15	16	161
EA	12	3	10	4	5	5	2	5	8	5	7	6	72
EC	2	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	8
MA	27	22	26	25	22	26	24	24	24	25	26	26	297
MdC	3	2	0	3	5	4	5	5	2	4	3	11	47
MC	1	5	3	1	2	2	0	2	0	2	5	3	26
MCs	7	4	8	7	8	11	12	13	7	11	17	15	120
NU	14	13	16	16	25	15	19	17	16	21	20	21	213
OdeDS	2	1	3	1	5	6	5	0	2	3	2	3	33
OdoDS	1	0	0	0	2	1	1	1	1	2	2	1	12
ODS	3	2	3	1	5	4	5	0	2	2	2	4	33
ONU	14	8	17	14	18	15	17	17	17	21	16	21	195
Sustb.	19	11	19	18	17	20	18	17	17	18	18	19	211
Sustv.	23	14	18	21	18	23	21	21	15	23	23	22	242

Fonte: elaboração própria, 2024.

Inicialmente, buscou-se constatar se, de um modo geral, houve pautas ambientais no jornal *A União* nos 12 meses correspondentes ao recorte temporal foco do estudo. Para tal, realizou-se a procura pela ocorrência da palavra-chave “Ambiental”, um termo genérico, porém capaz de nos dar uma visão macro quanto à abrangência prevista. Das 314 edições, 290 contaram com sua ocorrência, um número expressivo, que reflete, ao menos primariamente, a relevância de questões ambientais também no cenário estadual. No jornalismo, é senso comum que a cobertura de dado tema corresponde a um dos indicadores de responsabilidade social da mídia, ainda mais quando essa é estatal, quando se espera uma prestação de contas dos atos governamentais.

Com intuito semelhante, verificou-se a ocorrência da palavra-chave “Meio Ambiente”, termo um pouco mais específico, e os números foram ainda maiores (297 edições). Curiosamente, não houve publicação e circulação do jornal *A União* em 5 de junho, quando é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente¹⁶, estabelecido em 1972, ano marcado por uma guinada na política ambiental internacional, com a realização da Conferência de Estocolmo

¹⁶ UNESCO | Dia Mundial do Meio Ambiente: <https://www.unesco.org/pt/days/environment>.

(*Conference on the Human Environment*¹⁷), como ficou conhecida a primeira grande conferência sobre questões ambientais em nível global. Em alusão à data, institui-se no Brasil, mediante Decreto n.º 86.028, de 27 de maio de 1981, a Semana Nacional do Meio Ambiente¹⁸, a partir de então comemorada do dia 1.º ao dia 5 de junho, chamando a atenção para a problemática ambiental, atentando às ações que impactam negativamente a biodiversidade, à preservação de recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável.

Apesar de não ter havido publicação de *A União* em 5 de junho, houve nos demais dias alcançados pela Semana Nacional do Meio Ambiente. Na edição n.º 103, de 1.º de junho, no Caderno *Geral*, o veículo atenta à Semana Estadual do Meio Ambiente, promovida pelo Governo da Paraíba em 2023 nos dias 05 a 11 de junho, com debates e ações preventivas em João Pessoa e algumas cidades do estado, conforme Figura 01 apresentada abaixo:

Figura 1 - Edição de *A União* na Semana do Meio Ambiente 2023.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Estado celebra data com debates e ações de preservação

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), irá promover uma vasta programação para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. A Semana Estadual do Meio Ambiente terá início na próxima segunda-feira (5) e prosseguirá até domingo (11), com o tema Construindo um Futuro Sustentável para a Paraíba – envolvendo a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) e Batalhão de Policiamento Ambiental, além de diversos órgãos estaduais e instituições parceiras. Na programação, palestras, exposições e mesas-re-

dondas, além da apresentação de políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado na preservação do meio ambiente.

A abertura da Semana Estadual do Meio Ambiente será no largo do Jardim Botânico Benjamin Maranhão, em João Pessoa, na segunda-feira, às 15h. Em destaque, a assinatura de Termos de Cooperação e Cartas de Intenção entre o Governo do Estado e instituições de Ensino Superior. Entre as atrações, está uma exposição de taxidermia pelo Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAm), além da palestra "Soluções para Poluição Plástica, ministrada por Gustavo Veronesi

(ONG SOS Mata Atlântica).

Já na terça-feira (6), a programação segue tanto na capital quanto no município de Cuité, onde haverá também uma exposição de taxidermia. Em João Pessoa, a Superintendência do Meio Ambiente (Sudema) promoverá, às 8h30, a mesa-redonda Logística Reversa e suas Representações – Sudema, entidade gestora e cooperativa, na sede da Escola do Serviço Público (Espep), além de uma trilha temática, a partir das 9h, no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, entre outras ações.

No dia 7, a programação da Semana Estadual do Meio Am-

biente contempla os municípios de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, com palestras e exposição. Na capital, a programação começa a partir das 8h, no Parque Paratyba 2. Às 8h30, no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), em Cajazeiras, a Sudema ministra a mesa-redonda Logística Reversa e suas Representações – Sudema, entidade gestora e cooperativa.

Às 9h, em João Pessoa, a programação também integra uma trilha temática no Jardim Botânico Benjamin Maranhão. Já em Campina Grande, a programação começa com a mesa-redonda "O Rural Sustentável e o Fu-

turo do Campo". Instrumentos de regularização do campo e a descarbonização da matriz energética e de transportes estão entre os temas abordados durante a Semana Estadual do Meio Ambiente na Rainha da Borborema, cuja programação será encerrada com plantio de mudas.

No dia 8, a programação se concentra em João Pessoa, com entrega de mudas de árvores no Jardim Botânico e com exposição de taxidermia, entre outras ações. Já no dia 9, terá trilhas temáticas e panfletagem no Busto de Tamandaré sobre poluição sonora. No local, também haverá uma exposição de taxidermia.



Acesse o QR Code para ver a programação completa da Semana Estadual do Meio Ambiente

Fonte: *A União* (n.º 103 - 01/06/2023).

Em 2022¹⁹, a comemoração ambiental ocorreu no período de 3 a 11 de junho. Já em 2021²⁰, de 31 de maio a 5 de junho, entendendo-se que as ações estaduais não possuem datas delimitadas, porém acontecem próximas ao dia mundial e ao calendário nacional.

A Semana Estadual do Meio Ambiente de 2023 também foi lembrada nas edições dos dias 3 e 4 de junho, tendo amplo destaque na edição do dia 6, marcando seu início (Figura 02):

¹⁷ *Conferences | Environment and sustainable development:*

<https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>.

¹⁸ Portal de Educação Ambiental: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/06/por-que-a-semana-nacional-do-meio-ambiente-e-o-dia-mundial-do-meio-ambiente-sao-tao-importantes/>.

¹⁹ SUDEMA | Governo da Paraíba: <https://sudema.pb.gov.br/noticias/semana-de-meio-ambiente-da-sudema-acontece-de-3-a-10-de-junho-confira-a-programacao>.

²⁰ AESA | Governo da Paraíba: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2021/05/27/aesa-participa-da-semana-estadual-do-meio-ambiente/>.

Figura 2 - Edição de *A União* com programação da Semana de Meio Ambiente 2023.

6 A UNIÃO - João Pessoa, Paraíba - TERÇA-FEIRA, 6 de junho de 2023

Paraíba

EDIÇÃO: André Alves
EDITORIAÇÃO: Cláudio Demétrio

PROGRAMAÇÃO

Preservação e cuidado com o planeta

Semana Estadual do Meio Ambiente começa hoje e se estende até o próximo dia 11, com várias atividades

Palestras, mesas-redondas, distribuição e plantio de mudas, apresentação teatral, exposições e realização de trilhas. Estas são algumas das atrações da Semana Estadual do Meio Ambiente, que está sendo realizada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). A abertura será realizada nesta terça-feira, a partir das 15h, no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, em João Pessoa. A programação vai se estender até o dia 11 deste mês.

A secretária da Semas, Rafaela Camarãense, destaca que a programação conta com o apoio da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) e Batalhão de Policiamento Ambiental, além de diversos órgãos estaduais e instituições parceiras. "Nós pensamos em uma programação diversa para envolver instituições, pesquisadores e a população neste debate tão importante que é a preservação e o cuidado com o nosso planeta", destacou, lembrando que durante a atividade será feita a apresentação de políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado na preservação do meio ambiente.

Durante a abertura da Semana Estadual do Meio Ambiente será realizada a assinatura de Termos de Cooperação e Cartas de Intenção entre o Governo do Estado e instituições de Ensino Superior. Entre as atrações, está a palestra "Soluções para Poluição Plástica", ministrada por Cláudia de Oliveira Cunha, professora da UFPB, coordenadora do projeto de extensão Mares sem Plástico com ações de combate ao lixo no mar.

Hoje, a programação tem início às 8h30, em João Pessoa, com a Superintendência do Meio Ambiente (Sudema) promovendo a mesa-redonda Logística Reversa e suas Representações - Sudema, entidade gestora e cooperativa, na sede da Escola do Serviço Público (Espes). Além de uma trilha temática, a partir das 9h, no Jardim Botânico Benjamin Maranhão. À tarde, a programação segue com a Solenidade de abertura, assinatura do

Data

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 5 de junho com o objetivo de chamar a atenção para os problemas ambientais e para a preservação

protocolo de intenções entre Instituições de Ensino Superior e Governo do Estado, entre outras ações.

Já no dia 7, a programação contempla os municípios de João Pessoa, Cuité, Campina Grande e Cajazeiras, com palestras e exposição. Em Cajazeiras, a Superintendência do Meio Ambiente (Sudema) promoverá, às 8h30, a mesa-redonda "Logística Reversa e suas Representações" - Sudema, entidade gestora e cooperativa, na sede da Escola do Serviço Público (Espes).

Às 9h, em João Pessoa, a programação também integra uma trilha temática no Jardim Botânico Benjamin Maranhão. Já em Campina Grande, a programação começa com a mesa-redonda "O Rural Sustentável e o Futuro do Campo". Instrumentos de regularização do campo e a descarbonização da matriz energética e de transportes estão entre os temas abordados durante a Semana Estadual do Meio Ambiente na Rainha da Borborema, cuja programação está encerrada com plantio de mudas.

No dia 8 de junho, a programação da Semana Estadual do Meio Ambiente se concentra em João Pessoa, com entrega de mudas de árvores no Jardim Botânico e com exposição de taxidermia, entre outras ações. Já no dia 9, terá trilhas temáticas e panfletagem no Busto de Tamandaré sobre poluição sonora. No sábado, dia 10, também na capital, haverá trilhas temática e poética, distribuição de mudas e visita guiada ao viveiro. A programação termina no domingo, dia 11, às 6h com o Projeto Praia Limpa.



Abertura será no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, com assinaturas dos termos de cooperação e cartas de intenção

Saiba mais

Confira a programação:

• 6/6:
Manhã: Mesa-Redonda: Logística Reversa e suas representações
Horário: 8h30
Convidados: Sudema, Entidade Gestora (Ambipar Viraser) e Cooperativas e Catadores
Local: ESPEP, em João Pessoa

Trilha temática
Horário: 9h
Local: Jardim Botânico

Tarde: Exposição Taxidermia do BEPAMB / Credenciamento e Coffee Break: Horário: 15h

Solenidade de Abertura
Horário: 15h30
Assinaturas dos Termos de cooperação e cartas de intenção entre Instituições de ensino superior e o Governo do Estado
Horário: 16h

Palestra: "Soluções para Poluição Plástica"
Horário: 16h30
Convidado: Cláudia de Oliveira Cunha (Engenheira química)
Encerramento: 17h

• 7/6:
João Pessoa
Manhã: Plantio de Mudas
Horário: 8h
Local: Parque Parahyba II

Trilha temática
Horário: 8h / 14h
Local: Jardim Botânico

Cuité
Manhã: Exposição Taxidermia
Horário: 8h
Local: Ginásio Esportivo da Escola Estadual Vidal de Negreiros

Instrução: Biologia e manejo de animais silvestres (répteis)
Horário: 10h
Convidados: Cabo Ricardo Soares Pereira de Souza e Soldado Victor Vinicius Ferreira de Queiroz

Palestra: Fauna e conservação da Caatinga
Horário: 11h
Convidado: Prof. Márcio Frazão - UFCG / CES
Local: Centro de Convivência da Criança e do Adolescente

Cajazeiras
Mesa-Redonda: Logística Reversa e suas representações
Horário: 8h30
Convidados: Sudema, Entidade Gestora (Ambipar Viraser) e Cooperativas (Recicleiros)
Local: Instituto Federal da Paraíba, campus Cajazeiras

Campina Grande
Local: Instituto do Semárido
Manhã: Mesa-Redonda: "O rural sustentável e o futuro do campo"
Horário: 8h / 12h45

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) como instrumentos de adequação e regularização no campo
Horário: 8h10 / 8h50

O PRAD.A nas ações de acompanhamento ou monitoramento da recuperação ambiental e o caso do Projeto Nascente Viva
Horário: 8h55 / 9h35

Biocombustível, o caso do Etanol, uma concepção de solução acessível para a descarbonização da matriz energética e de transportes
Horário: 8h40 / 10h20

Os SAFs como modelo de produção estratégica de desenvolvimento rural sustentável
Horário: 11h / 11h40

O Crédito de Carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) como moeda e oportunidade de negócio para o homem do campo
Horário: 11h45 / 12h25

Plantio de mudas em Campina Grande: Horário: 16h

• 8/6:
João Pessoa
Tarde:
• Entrega de mudas de árvores
• Exposição Taxidermia
• Trilha Temática;
• Percorso auto guiado no bosque do Pau-Brasil; Distribuição de mudas e visita guiada ao viveiro;
• Exposição "Solução para poluição plástica" do projeto Mares sem Plástico, coordenada pela Prof. Dr.ª Cláudia de Oliveira Cunha, do Departamento de Química e CCEN da UFPB.
Horário: 13h às 16h30
Local: Jardim Botânico

• 9/6:
Manhã: Trilha temática
Horário: 9h
Local: Jardim Botânico

Tarde: Trilha temática
Horário: 14h
Local: Jardim Botânico

Panfletagem na Orla sobre Poluição Sonora / Exposição Taxidermia
Horário: 16h
Local: Busto de Tamandaré

• 10/6:
Manhã: Trilha Poética com o grupo poético Evocare, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Marlene de Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba
Horário: 10h
Local: Jardim Botânico

Tarde:
Local: Jardim Botânico
• Trilha temática;
• Percorso auto guiado no bosque do Pau-Brasil;
• Distribuição de mudas e visita guiada ao viveiro;
Horário: 13h30 às 16h30
Apresentação teatral: Grupo de Teatro Biologia em cena, do IFPB campus Cabedelo, coordenado por Raian Lucas
Horário: 15h30

• 11/6
Cabedelo
Ação Praia Limpa
Horário: 8h

Fonte: *A União* (n.º 107 - 06/06/2023).

Na mesma edição, foi destaque de capa a criação do Parque Nacional da Serra do Teixeira, na Paraíba, conforme decreto assinado pelo presidente da República, em solenidade alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente, ocorrida em Brasília-DF, em 5 de junho de 2023 (Figura 03):

Figura 3 - Capa de *A União* destacando criação do Parque Nacional da Serra do Teixeira.



Fonte: *A União* (n.º 107 - 06/06/2023).

O texto da edição destaca que, “com uma área de aproximadamente de 61.158 hectares, abrangendo os municípios Água Branca, Cacimba de Areia, Catingueira, Imaculada, Juru, Mãe D’água, Maturéia, Olho D’Água, Santa Teresinha, Santana dos Garrotes, São José do Bonfim e Teixeira, a ação objetiva proteger uma importante do bioma da Caatinga e sítios geográficos, a exemplo do Pico do Jabre; garantindo a manutenção de serviços ecossistêmicos na região”²¹.

A baixa incidência da palavra-chave “Agenda 2030”, em somente 20 das 314 edições ao longo de 2023, sem qualquer menção nos meses de fevereiro e abril, revela uma lacuna considerável na cobertura jornalística, algo que compromete o papel informacional e educador

²¹ A União | Paraíba ganha primeiro parque nacional:

https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/paraiba-ganha-primeiro-parque-nacional.

do jornalismo em questões centrais à pauta da sustentabilidade, dado o seu compromisso com a completude da informação, primordiais à formação de um olhar crítico aos desafios ambientais contemporâneos. Tal lacuna se torna mais agravante ao cruzar “Agenda 2030” e “Objetivos de/ do Desenvolvimento Sustentável” e “ODS”. Mesmo sendo o documento principal que define esses objetivos e as estratégias para os atingir, não se vê a primeira palavra-chave associada às demais. Jornalisticamente, mesmo com os ODS sendo objetivos específicos, a menção conjunta à Agenda 2030 contextualiza a informação, mostrando que os objetivos são parte de um plano global, amplamente integrado. A compreensão dessa dinâmica é essencial para avaliar a coerência e o impacto do jornal como agente comunicacional na promoção dos ODS e na sensibilização pública sobre a Emergência Climática. Nesse contexto, conforme Sodré (2017), a Comunicação Social exerce um papel ímpar na mediação entre novas tecnologias e o impacto social da informação, reforçando a necessidade de uma cobertura jornalística que integre plenamente demandas por sustentabilidade e desenvolvimento.

Ante a questão, apesar desse trabalho ter como objeto de estudo um jornal impresso, cabe-se citar o caso do Sistema Sagres de Comunicação, composto pela *Sagres TV*, o *Sagres Online* e a *Rádio Sagres*. Sendo a primeira rede multiplataforma do Centro Oeste brasileiro e a segunda do país a integrar o Pacto Global de Mídia a favor da Agenda 2030 e dos 17 ODS da ONU, em 2020²², a partir de então o sistema passou a relacionar conteúdos envolvendo desenvolvimento humano, economia e meio ambiente aos ODS, a exemplo do que ocorre em seu site (selecionado em vermelho), destacado na Figura 4:

²² Sagres Online | Sagres se une a ONU em Pacto Global de Mídia: <https://sagresonline.com.br/sagres-se-une-a-onu-em-pacto-global-de-midia/>.

Figura 4 - Portal *Sagres* com informações relacionadas aos ODS.

Home » Notícias » Natureza » Amazônia tem 2,5 milhões de hectares queimados em agosto

NOTÍCIAS | NATUREZA | ODS

Amazônia tem 2,5 milhões de hectares queimados em agosto

By AGÊNCIA BRASIL - 26 de agosto de 2024 | 17h00



Em menos de um mês, o fogo consumiu 2,5 milhões de hectares da Amazônia. Os dados são do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa-UFRJ). A média histórica para área afetada pelo fogo no mês é 1,4 milhões de hectares.

Desde o início do ano, a Amazônia já teve mais de 4,1 milhões de hectares atingidos pelos incêndios. Na última semana, o monitoramento realizado pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, órgão ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou alta concentração de gases poluentes em uma região que se estendia da Amazônia ao Sul do Brasil e alcançando dez estados. Os níveis dos rios na região já antecipam um quadro de seca extrema, que poderá se agravar ainda mais no mês de setembro, com a chegada do período mais crítico de estiagem.

Após uma reunião extraordinária da sala de situação do governo federal, nesse domingo (25), a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informou que os incêndios na Amazônia, no Pantanal e Sueste do país são potencializados pela situação de extremo climático, mas também apresentam um movimento atípico que podem indicar uma ação criminosa de quem está ateando fogo propositadamente.

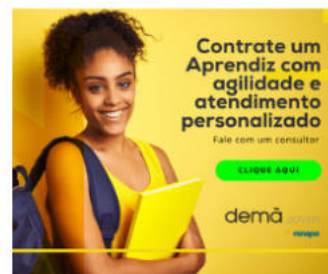
"Do mesmo jeito que nós tivemos o 'dia do fogo', há uma forte suspeita que isso esteja acontecendo de novo. No caso do Pantanal, a gente estava tendo ali a abertura de dez frentes de incêndios por semana. No caso da Amazônia, nós identificamos o mesmo fenômeno. E em São Paulo, não é natural, em hipótese alguma, que em poucos dias você tenha tantas frentes de incêndio envolvendo concomitantemente vários municípios", afirmou.

O evento citado pela ministra, retoma o ano de 2019, quando, no mês de agosto, entre os dias 10 e 11, foram detectados pelo Inpe 1.457 focos de calor no estado do Pará. Na época, o Ministério Público Federal denunciou a convocação de fazendeiros para uma ação orquestrada que colocaria fogo no bioma, em apoio ao desmonte das políticas ambientais.

De acordo o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, além dos 29 inquéritos instaurados na Amazônia e Pantanal, foram abertos mais dois em São Paulo, para apurar evidências de incêndios criminosos que afetam áreas da União.

**Este conteúdo está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta matéria, o ODS 13 – Ação Global Contra a Mudança Climática.*

Leia mais:



Mais lidas:

NOTÍCIAS

Perda de áreas naturais no Brasil registra 33% do território em...

ELEIÇÕES 2024

Leandro Vilela é sabatinado pelo Pauta Eleições; Confira

NOTÍCIAS

Entenda como novo app promete reduzir sintomas de depressão, ansiedade e...

NATUREZA

Cidades costeiras devem se adaptar mais rápido às mudanças climáticas

Fonte: *Sagres Online* (26/08/2024).

Dadas as particularidades textuais e gráficas de um jornal impresso, é compreensível que o exemplo acima não se aplicasse igualmente às páginas de *A União*, porém tal prática poderia ser adotada em sua versão digital²³. De mesmo modo, fazer parte do Pacto Global de

²³ A União | Jornal, Editora e Gráfica: <https://auniao.pb.gov.br/>.

Mídia, com a adesão da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), seria algo bastante simbólico à comunicação pública paraibana e brasileira. Vinculada ao Governo da Paraíba, congregando, além do jornal *A União*, as rádios *Tabajara AM* e *Tabajara FM*, Gráfica *A União* e Editora *A União*, a EPC, uma vez abraçando oficialmente os princípios da Agenda 2030 e dos ODS, estaria reforçando seu compromisso com um jornalismo mais responsável, crítico e comprometido com questões ambientais e sociais, e fortalecendo sua relevância, dando, também, maior credibilidade ao governo estadual.

Apesar de sua evidência atual, a expressão “Emergência Climática” não é nova, sendo cunhada com a intenção de atrair a atenção pública para a gravidade da crise ambiental global. O termo se tornou notório já por volta de 2010, ao passo que a urgência de ações efetivas no combate às mudanças climáticas foi tratada com maior afínco por grupos ativistas e pelos campos jornalísticos e acadêmico-científicos (Smith e Howe, 2015). Dada sua farta adoção e consequente relevância, resultando numa mudança exponencial no discurso sobre o clima, o Dicionário *Oxford* elegeu o termo como “a palavra do ano” de 2019²⁴.

Mesmo com tamanho significado, o termo foi quase que desconsiderado por completo pelo jornal *A União*, sendo mencionado em apenas em 8 edições no ano. Nem mesmo nos meses de março (uma ocorrência) e setembro (nenhuma ocorrência), quando são respectivamente comemorados o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (16/03)²⁵ e, na Paraíba, o Dia Estadual da Conscientização sobre Mudanças Climáticas (20/09)²⁶, exemplos de datas costumeiramente sinônimos de exploração, até mesmo mensal ou semanal, por parte das administrações públicas, houve o devido destaque. Surpreso com a amostragem, este discente se utilizou de termos mais neutros referentes à temática (“Agenda Climática”; “Crise Climática”; “Mudança Climática”; e “Mudanças Climáticas”), obtendo um resultado distinto ao inicial, percebendo, assim, a real e expressiva abrangência do jornal ante a pauta, com 239 edições no ano a abarcando. A esse total, somou-se a palavra-chave “Mudança do Clima”, porém o termo é parcialmente homônimo ao Ministério criado pelo Governo Federal em 2023²⁷.

Presumiu-se que tais ocorrências seriam de ações conjuntas entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e sua pasta correlata em nível estadual, a Secretaria de Meio

²⁴ *Oxford Languages*: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2019/>.

²⁵ Casa Civil da Presidência da República. Lei nº 12.533, de 2 de dezembro de 2011: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12533.htm.

²⁶ Governo da Paraíba. Lei nº 12.392, de 13 de setembro de 2022: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2022/setembro/diario-oficial-14-09-2022.pdf/view>.

²⁷ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: <https://www.gov.br/mma/pt-br>.

Ambiente e Sustentabilidade²⁸, expectativa que não se confirmou. Prevaleceram matérias em sua maioria replicadas de *releases* do executivo federal e de agências de notícias, sobre a atuação geral da comandante da pasta, a Ministra Marina Silva, no Brasil e no exterior, evidenciando seu protagonismo e influência na condução das políticas ambientais do país, tanto no cenário interno quanto no plano internacional.

O uso do devido termo, “Emergência Climática”, ao invés de expressões graduais, é fundamental para reforçar a urgência da gravidade ambiental atual. Os veículos de imprensa, por sua vez formadores da opinião pública, credibilizam seu papel ao adotar essa terminologia, influenciando diretamente a percepção e a reação da audiência. Termos menos alarmantes podem gerar uma percepção ingênua e até mesmo errônea de que as mudanças climáticas são problemas distantes ou controláveis em longo prazo, quando, na verdade, a sociedade está diante de uma crise que demanda ações concretas e imediatas. Não é só responsabilidade da imprensa informar, mas também mobilizar seu público para agir, fomentando um senso de urgência individual e coletivo, ação essa que se faz potencialmente mais expressiva com o uso correto da terminologia, daí a necessidade de a imprensa incorporá-la de modo consistente e irrestrito.

A ocorrência de pautas sobre educação ambiental também foi verificada nas edições de 2023 de *A União*, ano tomado pelas discussões do Projeto de Lei (PL) n.º 6.230/2023, que atualiza a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), modificando a Lei n.º 9.795/1999²⁹, assegurando a inserção de temas voltados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e às emergências socioambientais no contexto atual brasileiro³⁰. A sanção do PL, ocorrida em 17 de julho de 2024, originou a Lei n.º 14.926/2024³¹.

Quanto às macrotendências da educação ambiental (Layrargues e Lima, 2014), prevaleceram pautas de cunho conservacionista e pragmático, que priorizam a preservação dos recursos naturais e a adaptação às mudanças ambientais como forma de gestão dos riscos. No entanto, a adoção de uma vertente crítica por um veículo público estatal, que busca questionar as estruturas sociais e políticas que sustentam a degradação ambiental, implicaria em uma abordagem mais profunda e transformadora, desafiando diretamente as políticas públicas vigentes e promovendo uma sensibilização mais ampla e engajada. Porém, presume-se que tal postura poderia gerar tensões com agendas político-governamentais estabelecidas, uma vez que

²⁸ SEMAS-PB: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-do-meio-ambiente-e-sustentabilidade>.

²⁹ Lei n.º 9.795/1999, de 27 de abril de 1999: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm.

³⁰ Ministério da Educação | Educação Ambiental: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/politica-nacional-de-educacao-ambiental-e-atualizada>.

³¹ Lei n.º 14.926/2024, de 17 de julho de 2024: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2.

colocaria em evidência questões estruturais e conflitos de interesse que muitas vezes são evitados no discurso oficial.

A palavra-chave “Educação Ambiental” foi encontrada em apenas 72 das 314 edições, com maiores ocorrências nos meses de janeiro (12 edições) e março (10 edições). Em matéria sobre ações da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) da Paraíba na Praia do Seixas, em João Pessoa-PB, em 28 de janeiro, houve uma simples menção ao Dia Mundial da Educação Ambiental³², comemorado em 26 de janeiro.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou, em 1975, em Belgrado, na Sérvia (ex-Iugoslávia), país do sudeste europeu, um Encontro Internacional de Educação Ambiental, de onde se extraiu a Carta de Belgrado³³, documento considerado o primeiro marco para a educação ambiental, contendo recomendações e orientações quanto à relação entre sistemas econômicos, políticos e sociais com o meio ambiente. A partir de então, o dia 26 de janeiro foi adotado para celebrar o Dia Mundial da Educação Ambiental, apesar de não haver uma definição oficial da data. Porém, destacaram-se no mês de janeiro as ocorrências da palavra-chave “Educação Ambiental” vinculadas ao Programa Estratégico de Estruturas Artificiais Marítimas (PREAMAR) e ao programa “Amigos da Praia”, da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

O PREAMAR consiste numa iniciativa do Governo do Estado da Paraíba, através da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP)³⁴, em parceria com o Polo de Inovação³⁵, com interveniência da Fundação de Apoio ao IFPB (FUNETEC³⁶), do Instituto Federal da Paraíba, mediante Acordo de Parceria consumado em 17 de janeiro de 2023. Já o programa “Amigos da Praia”, idealizado pela Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR³⁷), trata-se de uma ação educativa realizada pela PMJP nas praias pessoenses durante o verão, com orientações quanto ao descarte correto de resíduos.

Em matéria publicada no dia do evento de assinatura do acordo que viabilizou o PREAMAR, logo no início do texto já se vê constatada a devida relação da pauta às “mudanças climáticas” e à “Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”, primando pela completude da informação (Figura 5):

³² Portal da Educação Ambiental: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/01/26-de-janeiro-dia-mundial-da-educacao-ambiental/>.

³³ MEC | Carta de Belgrado: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>.

³⁴ CINEP | Companhia de Desenvolvimento da Paraíba: <https://www.cinep.pb.gov.br/portal/>.

³⁵ IFPB | Polo de Inovação: <https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao>.

³⁶ FUNETEC-PB | Fundação de Apoio ao IFPB: <https://www.funetec.org.br/>.

³⁷ PMJP | Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/emlur/>.

Figura 5 - Matéria de *A União* sobre implantação do PREAMAR.

MEIO AMBIENTE

Litoral da PB terá recifes artificiais

Programa terá investimentos de R\$ 2,5 milhões e tem por objetivo fazer a restauração ecológica dos corais

No contexto da Década dos Oceanos, combate às mudanças climáticas e atendimento à Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU, será desenvolvido o Programa Estratégico de Estruturas Artificiais Marinhas da Paraíba (Preamar), que prevê a instalação de recifes artificiais marinhos e a restauração ecológica dos corais da Paraíba. A assinatura do acordo de parceria entre a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep) e o IFPB, acontecerá hoje, às 10h, na Fundação Casa de José Américo, na avenida Cabo Branco, em João Pessoa. O valor dos investimentos foi estimado pela Cinep em R\$ 2,5 milhões.

O evento contará com a presença do governador João Azevêdo e a reitora do IFPB, professora Mary Roberta Meira Marinho, além de outras autoridades.

A biodiversidade marinha da

Paraíba sustenta a pesca artesanal e o modo de vida de milhares de pescadores ao longo de sua costa. Além disso, suas praias de extrema beleza e condições oceanográficas propícias, favorecem a visitação e o turismo náutico e subaquático ao longo de todo o ano.

Frente aos desafios ligados ao desenvolvimento, à conservação da natureza e o uso sustentável da zona costeira, o Preamar prevê a realização de um conjunto de ações socioambientais, que tem como base a utilização de recifes artificiais, com o objetivo de recuperar a biodiversidade, fomentar o turismo náutico e subaquático e colaborar com o manejo da pesca na Paraíba.

Para realizar estas ações, o Polo de Inovação, do Instituto Federal da Paraíba, e o Governo do Estado da Paraíba, por meio da Cinep se unem para a implanta-

ção do Preamar. O programa será desenvolvido ao longo de quatro anos e tem como meta o lançamento de 10 mil blocos de recifes artificiais, possivelmente, em 10 pontos da plataforma continental rasa do Estado da Paraíba. As áreas serão definidas após a realização de estudos ambientais com a participação dos segmentos ligados ao turismo, pesca e navegação. Além disso, será definida uma área para mergulho temático e realizadas técnicas de restauração ecológica dos ambientes corais naturais.

Segundo o professor Cláudio Dybas, do Campus Cabedelo-Centro do IFPB e coordenador do Preamar "O programa representa um marco na gestão costeira integrada no estado, pois através da pesquisa, inovação e tecnologia, dialogará com os setores econômicos e socioambientais, e promoverá a Educação Ambiental de



Estado e IFPB assinam, hoje, a parceria na Fundação Casa de José Américo

forma transversalizada e curricularizada".

A primeira fase dos trabalhos consiste no planejamento, diagnósticos ambientais e reuniões públicas com a comunidade. Na segunda fase do programa, serão instaladas as estruturas em concreto, em locais previamente de-

terminados; por último, será feito o monitoramento do resultado das ações do Programa. O Preamar conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, envolvendo pesquisadores do IFPB, UFPA e colaboradores externos. Outras parcerias serão estabelecidas ao longo do desenvolvimento das ações.

Fonte: *A União* (n.º 303 - 17/01/2023).

O exemplo acima foi um dos poucos textos em que houve menção à Organização das Nações Unidas quanto à sua condição de promotora e coordenadora da Agenda 2030 e dos ODS. Presente em 213 edições do ano, a palavra-chave "Nações Unidas" se concentrou em notícias relacionadas a conflitos bélicos na Europa e na África, replicadas de agências internacionais de notícias ou de *releases* da própria ONU.

Ao explorar as palavras-chave "Sustentável" (242 edições) e "Sustentabilidade" (211; essa isoladamente às palavras-chave pesquisadas que as contêm), viu-se certa razoabilidade quanto às menções de práticas sustentáveis pelos mais variados cadernos do jornal, independente de tema (infraestrutura, economia, saúde, educação, entretenimento etc.). Além dessa ampla menção, o jornal *A União* também conta com um caderno específico, *Radar Ecológico*, publicado aos domingos, integralmente voltado a pautas sustentáveis e ambientais. O espaço, que ocupa 01 (uma) página do impresso, conta em cada edição com uma reportagem sobre determinado tema, conferindo-o maior riqueza de detalhes e opiniões especializadas, a exemplo da Figura 6:

Figura 6 - Reportagem de *A União* sobre arborização de João Pessoa.

Radar Ecológico

ILHAS DE CALOR

Arborização versus urbanização

Capital possui mais de 30% de área com cobertura vegetal. Especialistas criticam desequilíbrio do verde entre bairros

Alexandra Tavares
jokapp@hotmail.com

Mesmo sendo detentora de títulos como "Cidade das Acácias" e possuir um Jardim Botânico incrustado em pleno coração da cidade, João Pessoa é uma capital que ainda apresenta vias públicas que são verdadeiros corredores de asfalto e concreto. Alguns dos exemplos estão nas avenidas Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manairá), Josefa Taveira, Cruz das Armas, e na Rua Walfredo Macedo Brandão (principal dos Bancários). Segundo especialistas da área ambiental, o problema está na má distribuição de árvores no perímetro urbano, prática que precisa ser revista para que os benefícios da arborização sejam aproveitados de forma igualitária.

O professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Joel Silva dos Santos, concorda que João Pessoa é considerada uma das cidades mais verdes do país, no entanto, há uma distribuição desigual da arborização nos bairros. "Temos uma boa relação do número de árvores por habitante, mas há uma má distribuição do verde. Temos áreas arborizadas e outras com infraestrutura cinza", destacou.

Segundo ele, há a necessidade de um planejamento mais equilibrado e sustentável. Um dos motivos é o próprio contexto mundial, em que a cada ano os termômetros marcam uma temperatura mais elevada em todo o globo. As árvores têm influência nesse processo de sensação térmica. "O aumento das áreas verdes vai tornar essas cidades mais resilientes a possíveis mudanças climáticas. Além disso, a arborização melhora a qualidade do ar, de ruídos, ameniza as altas temperaturas e possibilita ambientes de socialização", frisou.

Joel Santos explicou que o processo de urbanização no Brasil ocorreu sob a perspectiva de uma "infraestrutura cinza", plena de asfalto e concreto. E com o problema do aquecimento global, países da Europa já defendem um trabalho de engenharia e arquitetura urbana bem diferente, com o olhar voltado à infraestrutura verde.

A bióloga e ecóloga Anne Falcão de Freitas afirmou que a iniciativa de plantar espécies arbóreas nas zonas urbanas é indispensável para a qualidade de vida da população e o equilíbrio ecológico. Entre os benefícios para os cidadãos ela citou a purificação do ambiente por meio da reciclagem de gases que ocorre via mecanismos fotossintéticos e também pela fixação de poeira e gases tóxicos presentes no ar.

O verde distribuído pelas ruas melhora o micro-

clima, pois retém a umidade do solo e do ar por meio do sombreamento. Isso evita que os raios solares incidam diretamente sobre as pessoas. "Ainda influencia no balanço hídrico, favorecendo infiltração da água no solo, provocando uma evapotranspiração mais lenta, podendo formar os lençóis freáticos. Ainda controla enchentes e inundações à medida que drena as águas pluviais, evitando doenças à população veiculadas por águas contaminadas".

Anne Falcão ressaltou que áreas arborizadas são capazes de atenuar problemas de erosão e assoreamento, que atigem a população por meio de deslizamentos e desabamento de residências. Sem falar, que as espécies arbóreas ainda servem de abrigo à fauna, propiciando uma variedade maior de espécies, consequentemente, influenciando positivamente para um maior equilíbrio das cadeias alimentares, de pragas e agentes vetores de doenças urbanas. "Vale lembrar que a arborização traz bem-estar físico e psíquico ao homem, por deixar o ambiente mais agradável visualmente", concluiu Anne.

O professor Joel Santos enfocou que as áreas não arborizadas traziam, portanto, reflexos negativos em vários aspectos da vida animal e humana. Esses impactos vão desde a poluição do ar: o aumento da temperatura, maior efeito de impermeabilização do solo, bem como perda da biodiversidade e desconforto visual. "Então, a gente só tem a perder com a ausência dessas áreas verdes. Sem elas, a gente também não tem a convivência adequada de convivência entre as pessoas. São vários impactos negativos", enfocou Santos.

Deficit

João Pessoa possui uma distribuição desigual de arborização nos bairros, segundo o professor do Departamento de Geociências da UFPB, Joel Santos



Falta de árvores tem sido registrada também nos principais corredores



João Pessoa tem cerca de 200 mil árvores viárias

O engenheiro agrônomo e diretor de Controle Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa (Semam), Anderson Fontes, destacou que João Pessoa é considerada uma cidade "bastante verde", já que mais de 30% de seu território tem cobertura vegetal, destacando-se as unidades de conservação, praças e parques. Nesse contexto estão as árvores urbanas viárias. "Que são as espécies presentes nas calçadas, praças e centros urbanos", afirmou. Segundo ele, a estimativa é de que estejam distribuídas nas cerca de oito mil ruas da capital, aproximadamente, 200 mil árvores viárias de pequeno, médio e grande porte.

"Não temos ainda um inventário geral quantitativo, mas um pré-inventário que foi realizado aponta para em torno de 2% das ruas do município. E a gente vê que temos um limite bom de árvores", enfocou. Ele afirmou que a prefeitura tem ações de incentivo ao plantio de mudas nas vias públicas como o "Rua Verde".

Nas ruas em que o passeio público não comporta árvores, por causa do padrão das calçadas, como a Josefa Taveira e a principal dos Bancários, Anderson Fontes citou que está se discutindo com os moradores a plantação de espécies arbóreas no recuo da casa ou área de jardinagem. "Seria uma árvore de médio porte que tenha condições de se desenvolver e socializar essa questão ecológica e ambiental".

Um fato relevante, segundo ele, é que no trabalho da gestão municipal há uma orientação do tipo adequado da espécie a ser plantada no espaço público, uma vez que algumas podem danificar o calçamento, os imó-

veis e trazer danos à rede elétrica. "A prefeitura tem esse padrão, desenvolve técnicas, metodologias de plantio correto, a começar do plantio de mudas para os 76 bairros do município. Sabemos a moda mais adequada para cada zona da cidade considerando a incidência solar, ventilação e solo da área".

Ele explicou que durante o processo de crescimento de João Pessoa, não houve uma preocupação com o planejamento arbóreo. Somente a partir da década de 1940 houve uma maior preocupação de se tentar disciplinar o tipo de árvore adequada a cada área pública. Um exemplo foi o planejamento de uma das principais avenidas da cidade, como a Epitácio Pessoa.

Nos anos subsequentes, segundo Anderson Fontes, vieram alguns modismos de se adotar mudas inadequadas à área urbana. Na década de 1970, surgiu a prática de se permitir plantar árvores frutíferas como jameiros nas calçadas. Nos anos 1990, Anderson contou que intensificou-se o plantio de árvores de crescimento mais rápida, como a "Ficus benjamina", no entanto, nem todas elas eram apropriadas às áreas pavimentadas.

Nos anos 2000, com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente com o Código Municipal do Meio Ambiente, foi posto em prática, de forma mais efetiva, o disciplinamento arbóreo. Então, as pessoas foram cultivando nas vias públicas espécies que não danificavam imóveis, calçadas, nem traziam impacto à rede elétrica. "Não se planta hoje 'o plantar por plantar', mas árvores que tragam benefício para o cidadão", declarou Anderson Fontes.



Não se planta hoje 'o plantar por plantar', mas árvores que tragam benefício



Observamos, durante pesquisa, a existência de ilhas de calor em João Pessoa



A remoção de cobertura vegetal impacta em altas temperaturas

Ilhas de calor podem provocar variação de até 6°C entre bairros de JP

Além de impactar na qualidade do ar, na biodiversidade animal, saúde do homem e erosão do solo, a falta de arborização nos centros urbanos formam as chamadas "ilhas de calor". Segundo o professor do Departamento de Geociências da UFPB, Joel Silva dos Santos, a literatura clássica define esse fenômeno como sendo "as diferenças de temperatura entre as áreas urbanas e rurais". No entanto, há as chamadas ilhas de calor "intraurbanas". Estas têm relação direta com a carência de espécies arbóreas dentro das zonas urbanizadas, podendo resultar em uma variação térmica de até 6°C entre bairros de uma mesma cidade.

Essa constatação foi feita em um estudo que o professor Joel Santos realizou na UFPB em 2011. "As ilhas de calor intraurbanas consistem na formação de microclimas ou bolsões de temperaturas mais elevadas dentro da própria cidade. Nesse estudo que realizei, detectamos que os bairros mais urbanizados da capital - como Manairá, Bessa, Cabo Branco e Bancários, apresentaram altas temperaturas devido à remoção da cobertura vegetal. Enquanto bairros com maior arborização ou próximos às reservas florestais, como a Mata do Buracinho, apresentaram temperaturas mais amenas", enfocou Joel.

De acordo com ele, a pesquisa mostrou uma diferença de temperatura de 5°C a 6°C na comparação entre bairros mais verdes, como os próximos da Mata do Buracinho, e outros considerados mais "cinzas", a exemplo de Manairá, permeado de concreto. "Então, a ausência da cobertura vegetal potencializa essas ilhas de calor", declarou.

A pesquisa feita por Joel Santos foi intitulada "Estudo do Clima urbano em João Pessoa/PB". Outros projetos que ele também participou trouxeram informações que corroboraram com os dados do estudo feito em 2011. Em 2019, por exemplo, o professor Joel orientou o trabalho de doutorado da bióloga e ecóloga Anne Falcão de Freitas intitulado "Clima Urbano e sua relação com os arbovíscos de dengue, zika e chikungunya em JP". "Nessa pesquisa, também se observou a existência das ilhas de calor na capital paraibana", salientou Santos.

A bióloga e ecóloga Anne Falcão de Freitas comentou que esse fenômeno microclimático ocorre porque os raios solares, que atingem a superfície construída, se acumulam, tornando difícil a dissipação do calor. Dessa forma, há a elevação da temperatura do local e a formação das ilhas de calor. "Ainda é importante ressaltar que a falta de vegetação no ambiente urbano diminui a capacidade refletora dos raios solares, e reduz a quantidade de evaporação no ar e, consequentemente, de vapor de água na atmosfera", acrescentou Anne.

Fonte: *A União* (n.º 108 - 18/06/2023).

Levar tais questões a vários cadernos, além de constituí-las à rotina editorial do jornal, amplia o debate ambiental, dirimindo nichos de informação e alcançando públicos mais diversos, até mesmo aqueles desinteressados aos temas, que acabam se deparando com eles em diferentes contextos, numa clara interdisciplinaridade entre meio ambiente e sustentabilidade e cultura, política, economia, sociedade...

Por outro lado, num caderno específico é possível aprofundar esses temas, atraindo a atenção de um público particular e potencialmente engajado. Tal espaço requer profissionais cada vez mais especializados, fato que reforça o jornalismo ambiental no estado.

Assim, entende-se que a estratégia comunicativa do jornal *A União*, ao se dedicar a diferentes demandas de público, não apenas informa, mas também é capaz de educar, sensibilizar e mobilizar seu leitor, atendendo ao seu caráter público e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, analisando a cobertura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Emergência Climática pelo jornal *A União*, promove uma interseção substancial entre os campos da Comunicação Social, da Educação Ambiental e da Sustentabilidade, contribuindo para que a Especialização, gestada num seio majoritariamente vinculado às Ciências Biológicas, Química e Engenharias atreladas, mantenha-se na vanguarda dos estudos interdisciplinares.

No campo da Comunicação Social, a análise da cobertura jornalística nos permite compreender aspectos como a modelagem da opinião pública por parte da mídia e sua consequente influencia comportamental, além da aplicação de narrativas voltadas a temas emblemáticos como o da Sustentabilidade. Investigando se/como o jornal *A União* se atenta aos ODS e à crise climática, se com eficácia e construindo um discurso público sustentável, instigam-se estudos em jornalismo ambiental, com ênfase à Comunicação Governamental.

Quanto à Educação Ambiental, através de mídia é possível promover discussões, conscientização e sensibilização sobre desafios ambientais, estimulando a adoção de práticas mais sustentáveis. Analisando a cobertura jornalística, a pesquisa lança luz à compreensão de como a mídia, este importante agente de influência e percepção pública, pode ser encarada e utilizada como um instrumento educador, direcionado às questões ambientais.

Em se tratando de Sustentabilidade, tão multifacetada e permeada de características não só ambientais, mas também econômicas e sociais, ao voltar seus olhos à cobertura dos ODS, a pesquisa contribui para a percepção de como a mídia aborda as mais variadas dimensões desses objetivos e sua busca por um horizonte mais sustentável.

O trabalho priorizou a ocorrência mensal e o total anual das palavras-chave, porém o alcance dos dados coletados, com suas infindáveis possibilidades de combinações e cruzamentos, permite uma série de análises futuras, a partir de um mesmo material.

Entende-se que a pesquisa tem potencial para agregar conteúdo, em menor ou maior escala, a estudos e ações futuras vinculadas às áreas as quais abarca, como análises do discurso e comparativas, estudos de recepção e de casos e campanhas de comunicação governamentais.

Outrossim, espera-se que essa pesquisa possa subsidiar o planejamento de políticas públicas efetivas em Comunicação Ambiental e Educação para a Sustentabilidade, e ser utilizada em formações diversas das áreas às quais está inserida, contribuindo para a formação acadêmico-profissional de todo aquele que ainda não perdeu a esperança no amanhã.

6. REFERÊNCIAS

A UNIÃO. Governo da Paraíba. Arquivo Digital. Diário Oficial do Estado. 2022. Setembro. LEI N.º 12.392, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. **Institui o Dia Estadual da Conscientização sobre Mudanças Climáticas.** In: DOEPB. N.º 17.698, de quarta-feira, 14 de setembro de 2022; Atos do Poder Legislativo; p. 01. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2022/setembro/diario-oficial-14-09-2022.pdf/view>. Acesso em: 15 abr. 2024.

_____. **A União - Jornal, Editora e Gráfica.** Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/>. Acesso em 25 ago. 2024.

_____. **Paraíba ganha primeiro parque nacional.** DIA DO MEIO AMBIENTE. Governo da Paraíba. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/paraiba-ganha-primeiro-parque-nacional. Acesso em: 15 abr. 2024.

AESA. **Aesa participa da Semana Estadual do Meio Ambiente. Governo da Paraíba.** Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2021/05/27/aesa-participa-da-semana-estadual-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMEIDA, V. R. de; STORCH, L. S. 2017, Curitiba. Anais eletrônicos[...]. Curitiba: **Função Social Do Jornalismo: O Não-Consenso Importante.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2005-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas.** Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2020. 52 p.

ARTAXO, P. Working together for Amazonia. **Editorial Science Magazine**, v.363, Issue 6425, doi: 10.1126/science.aaw6986, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aaw6986>. Acesso em: 22 ago. 2024.

AZEVEDO *et al.*, Caruaru. Anais eletrônicos[...]. Caruaru: **Representações sobre a estiagem no semiárido: uma análise do jornal Correio da Paraíba.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22272?locale=pt_BR. Acesso em: 25 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BPBES. **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.** Sumário para tomadores de decisão. 2018. Disponível em: <https://www.bpb.es.net.br/wp-content/uploads/2018/11/Sum%C3%A1rio-para-Tomadores-de-Decis%C3%A3o-BPBES-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BUENO, W. C.. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. In: GIRADI, I; SCHWAAB, R. T. (Org.) *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 105-118.

CINEP. **Companhia de Desenvolvimento da Paraíba**. Disponível em: <https://www.cinep.pb.gov.br/portal/>. Acesso em 12 mai. 2024.

EM PAUTA UFS. **Cobertura jornalística sobre a transposição do Rio São Francisco é tema de subprojeto**. Disponível em: <https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/cobertura-jornalistica-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-e-tema-de-subprojeto/>. Acesso em 12 mai. 2024.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. 274 p.

FUNETEC. **Fundação de Apoio ao IFPB**. Disponível em: <https://www.funetec.org.br/>. Acesso em 12 mai. 2024.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p.

GIARARDI, I. M. T., MORAES, C. H., LOOSSE, E. B., NEULS, G., MASSIERER, C., CAMANA, A., *et al.* **O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra**. *Líbero (FACASPER)*, v. 16, p. 71-80.

GOV.BR. LEI N.º 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Subchefia para assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

_____. LEI N.º 14.926, DE 17 DE JULHO DE 2024. **Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental**. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2. Acesso em: 01 ago. 2024.

_____. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 15 abr. 2024.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental é atualizada**. EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/politica-nacional-de-educacao-ambiental-e-atualizada>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-do-meio-ambiente-e-sustentabilidade>. Acesso em: 15 abr. 2024.

IFPB. **Polo de Inovação**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/polodeinovacao>. Acesso em: 02 jun. 2024.

INPE. **Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km²**. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

IPAM. **Albedo**. Glossário: Disponível em: <https://ipam.org.br/glossario/albedo/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

JORNAL DA USP. **Ambiente é o Meio #143: Jornalismo ambiental ganha espaço nos últimos anos e se transforma em forma de educação ambiental**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/ambiente-e-o-meio-143-jornalismo-ambiental-ganha-espaco-nos-ultimos-anos-e-se-transforma-em-forma-de-educacao-ambiental/>. Acesso em 04 set. 2024.

LAYRARGUES P.P.; LIMA, G.F.C. As macro tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**, [online], São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44220003500>. Acesso em: 06 ago. 2024.

LICAUFES. **Sobre o LICA**. Disponível em: <https://licaufs.blogspot.com/2009/06/sobre-o-lica.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOGEPA. **Laboratório de Oficina e Geografia da Paraíba**. Disponível em: <https://logepa.webnode.page/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (org.). **Educação ambiental: repensando espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. 255p.

MATOS, Sara. ESTRÁZULAS, Jimi Aislan. **O Jornalismo Educativo como gênero de Jornalismo Especializado**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus - AM – 01 a 03/05/2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0475-1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Carta de Belgrado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MMA. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 abr. 2024.

NEXO JORNAL. **Pesquisas em jornalismo e meio ambiente se consolidam no Brasil**. Ponto de Vista. Políticas Públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de->

[vista/2023/pesquisas-em-jornalismo-e-meio-ambiente-se-consolidam-no-brasil](#). Acesso em: 16 abr. 2024.

ODSPB. **Territorialização de dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba**. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OS GUEDES. **Jornal A União comemora 129 anos e é o único impresso a circular diariamente na Paraíba**. Entretenimento. Disponível em: <https://www.osguedes.com.br/2022/02/02/jornal-a-uniao-comemora-129-anos-e-e-o-unico-impresso-a-circular-diariamente-na-paraiba/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

OXFORD Languages. **Word of the Year 2019**. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2019/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARAÍBA. Diretas. Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Institucional. **A Secretaria**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-do-meio-ambiente-e-sustentabilidade/institucional/a-secretaria>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PENA, Felipe et al. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

PLANALTO. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI N.º 12.533, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011. **Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12533.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

PMJP. **Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – Emlur**. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/emlur/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PORTAL DA CAPITAL. **Prefeitura realiza ação educativa com programa ‘Amigos da Praia’ a partir desta sexta-feira**. PARAÍBA. Disponível em: <https://www.portaldacapital.com/2024/01/11/prefeitura-realiza-acao-educativa-com-programa-amigos-da-praia-a-partir-desta-sexta-feira/>. Acesso em 23 abr. 2024.

REGINATTO, Gisele. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140809>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ROCHA, I. A. dos S., & PAULINO, R. de C. R. (2023). **Agenda 2030: a potencialidade do jornalismo. Como o Jornalismo se faz presente na educação de qualidade, contribuindo para o 4º objetivo de desenvolvimento sustentável**. Comunicação & Educação, 28(2), 100-114. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v28i2p100-114>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SAGRES. **Sagres se une a ONU em Pacto Global de Mídia**. Sistema Sagres de Comunicação. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/sagres-se-une-a-onu-em-pacto-global-de-midia/>. Acesso em 25 ago. 2024.

_____. **Amazônia tem 2,5 milhões de hectares queimados em agosto**. Sistema Sagres de Comunicação. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/amazonia-tem-25-milhoes-de-hectares-queimados-em-agosto/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SEMIL. **Calendário Ambiental / 26 de janeiro – Dia Mundial da Educação Ambiental.** Em: Portal de Educação Ambiental; Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/01/26-de-janeiro-dia-mundial-da-educacao-ambiental/>. Acesso em: 16 abr. 2024

_____. **Por que a Semana Nacional do Meio Ambiente e o Dia Mundial do Meio Ambiente são tão importantes?** In: Portal de Educação Ambiental; Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/06/por-que-a-semana-nacional-do-meio-ambiente-e-o-dia-mundial-do-meio-ambiente-sao-tao-importantes/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SMITH, Philip; HOWE, Nicolas. **Climate Change as Social Drama: Global Warming in the Public Sphere.** Cambridge University Press, 2015, 242 p.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação:** contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, H. A. de; COSTA, L. R. F. de M. M; TAVARES, O. 2008, Natal. Anais eletrônicos[...]. Natal: **Jornalismo Ambiental e Humor nas Charges do Jornal Correio da Paraíba.** In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1052-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SUDEMA. **Semana do Meio Ambiente da Sudema acontece de 3 a 11 de junho; confira a programação.** Governo da Paraíba. Disponível em: <https://sudema.pb.gov.br/noticias/semana-de-meio-ambiente-da-sudema-acontece-de-3-a-10-de-junho-confira-a-programacao>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TAIBO, C. **Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo.** Tradução de Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho, Ed. UFPR. 2019.

TERRAÇO ECONÔMICO. **Mídia: o Quarto Poder e seus perigos.** Disponível em: <https://terracoekonomico.com.br/midia-o-quarto-poder-e-seus-perigos/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente na idade mídia.** In: Trigueiro, André (Org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento.* Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

UFSM. **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-a-cobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNESCO. **Dia Mundial do Meio Ambiente.** Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/days/environment>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on the Human Environment, 5-16 June 1972, Stockholm; in Conferences | Environment and sustainable development.**

Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em: 16 abr. 2024.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
Campus Cabedelo - Código INEP: 25282921
Rua Santa Rita de Cássia, 1900, Jardim Camboinha, CEP 58103-772, Cabedelo (PB)
CNPJ: 10.783.898/0010-66 - Telefone: (83) 3248.5400

Documento Digitalizado Restrito

a) TCC final contendo ficha catalográfica e folha de aprovação

Assunto:	a) TCC final contendo ficha catalográfica e folha de aprovação
Assinado por:	Gilson Galvão
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Restrito
Hipótese Legal:	Informação Pessoal (Art. 31 da Lei no 12.527/2011)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gilson Freitas Galvão, DISCENTE (202312120032) DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - CAMPUS CABEDELLO**, em 15/08/2026 21:29:06.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/08/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1952590

Código de Autenticação: 6a7801e4d8

